

DOSSIÊ: A relação público-privada da educação na América Latina: apontamentos de uma pesquisa

**A relação público-privada da educação na América Latina:
apontamentos de uma pesquisa**

The public-private relationship of education in Latin America: research notes

La relación público-privada de la educación en América Latina: notas de investigación

Daniela de Oliveira Pires¹

Citação: PIRES, D. de. O. A relação público-privada da educação na América Latina: apontamentos de uma pesquisa. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 15, e82651. Agosto de 2021.



<http://10.5380/jpe.v15i0.82651>

O presente dossiê trata das formas de privatização da educação na América Latina, com base no aprofundamento da relação público-privada e da prevalência das orientações de mercado, com base no avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo, proporcionando, com isso, implicações para a democratização da educação pública.

Os textos aqui apresentados são contribuições de alguns dos integrantes da pesquisa “Implicações da relação público-privado para a democratização da educação na América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela”, coordenada pela Professora Doutora, Vera Maria Vidal Peroni que integram o Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

¹ Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Paraná – UFPR/DEPLAE. Integrante do Núcleo de Políticas Educacionais – NUPE. Curitiba, Paraná, Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6671-9195>. E-mail: danielaopires77@gmail.com

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

O Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE) está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e é composto por bolsistas, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e docentes do programa, assim como pesquisadores de outras instituições. Este grupo de pesquisa aprofunda a temática da relação público-privado desde o ano de 2001 e, nos últimos anos, tem-se debruçado na análise das consequências dessa relação para a construção da democracia na esfera educacional. As pesquisas desenvolvidas por este coletivo, se caracterizam pelo intercâmbio de experiências e reflexões com outros grupos no Brasil e com pesquisadores internacionais, dos países latino-americanos e, também de Portugal, Espanha e Inglaterra, entre outros.

É importante destacar que a partir de 2010, o grupo passa a analisar o processo de reconfiguração do papel do Estado brasileiro e a relação público-privada sob o enfoque das etapas e modalidades no Brasil. Para tanto, fortalece o sua identidade internacionalista, na medida em que, aprofunda a interlocução com grupos estrangeiros, tomando como fio condutor as pesquisas que foram concluídas, com destaque para as seguintes “Parcerias entre sistemas públicos e instituições do Terceiro Setor: Brasil, Argentina, Portugal e Inglaterra implicações para a democratização da educação” e, desde 2016, com a pesquisa “Implicações da relação público-privado para a democratização da educação na América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela”.

A atuação do setor privado mercantil na promoção da educação pública, passa a se configurar, enquanto o fio condutor dos artigos deste dossiê. Tal atuação encontra-se regulamentada, desde o final da década de 1990, por meio das seguintes legislações infraconstitucionais: Lei nº 9.637/98 e a Lei 9.790/99, que passam a reconhecer a existência das Organizações Sociais (OS) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, mais recentemente, tem-se a aprovação da Lei nº 13.019/14, que ao sancionar o Marco Regulatório do Terceiro Setor, passa a estabelecer a existência das chamadas Organizações da Sociedade Civil (OSC).

A compilação destas leis, acabam por assegurar, a realização das parcerias entre o setor privado mercantil com o poder público no atendimento educacional. Como exemplo,

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

podemos citar, a influência de algumas dessas entidades, como o Movimento Todos pela Educação e o Instituto Positivo.

Para tanto, os artigos aqui selecionados, buscam aprofundar o diálogo com as formas de atuação do setor privado mercantil no atendimento educacional, regulamentadas por meio de legislações infraconstitucionais, que garantem a participação dos agentes privados na condução da política educacional. Entendemos que a relação público-privada é parte constitutiva das mudanças sócio-políticas e econômicas, em escala local, regional e global, no qual predominam os valores de mercado, na realidade dos sistemas de ensino, conforme será possível atestar através da leitura dos textos que integram este dossiê temático.

O artigo “Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira”, das autoras, Vera Maria Vidal Peroni, Maria Raquel Caetano e Paula Valim, analisa o avanço do projeto neoliberal, associado as pautas neoconservadoras no contexto nacional, através da etapa do ensino médio. Faz-se o registro de que o artigo reflete sobre a configuração do atual neoliberalismo, a partir da crise estrutural do capitalismo – pós 2008, cada vez mais identificado com as pautas do mercado, como o empreendedorismo, o individualismo e conservadorismo, expresso por meio do Projeto da Escola sem Partido.

No artigo “Alinhamento entre investimento social privado e negócios: um campo de atuação da esfera privada na oferta educacional”, de autoria de Elma Júlia Gonçalves de Carvalho e Daniela de Oliveira Pires, será demonstrado que no contexto político e econômico, pós 2008, vem ocorrendo, gradativamente uma maior articulação do setor privado mercantil, qualificados juridicamente como entidades do terceiro setor (OS, OSCIP ou OSC), na disputa pelo fundo público, respaldados pelo discurso que relaciona o investimento social empresarial ao campo dos negócios.

Nesta mesma toada, o artigo de Lucia Hugo Uczak e Liane Maria Bernardi “A organização e ação do movimento empresarial Todos pela Educação durante a pandemia da COVID-19”, tensiona acerca do papel desempenhado pelo Todos pela Educação, grupo representativo do setor privado mercantil, especialmente, durante a atual crise sanitária

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

global da pandemia. Ao longo do texto, as autoras salientam que essa associação de empresários, vem sendo decisiva na condução das atuais reformas educacionais. Especialmente, neste momento, o movimento tem se posicionado favorável a proposta da educação a distância, por meio da publicação de notas técnicas e, ainda, disputando o financiamento público, por meio do novo Fundo de Manutenção da Educação Básica - Fundeb, a partir do documento Educação Já. Destaca-se, ainda, que suas demandas são apresentadas e pactuadas diretamente, junto ao Congresso Nacional.

Juliana Selau Lumertz, em seu artigo “O Sistema de Ensino Aprende Brasil e o processo de privatização em educação”, ao analisar a parceria do Município de Gravataí com o Instituto Positivo, acaba por demonstrar a capilaridade desta entidade do terceiro setor na consecução do direito à educação, que ao redefinir o currículo escolar, provoca implicações para o processo de democratização da educação, ampliando assim a sua influencia no plano da execução da política educacional.

No artigo “As Transformações do Sistema Educacional do Chile: a parceria público-privada e a privatização dos recursos”, Maria Otília Kroeff Susin e Juliana Mendonça, apresentam aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos do contexto chileno, país que se caracteriza na América Latina, como um dos pioneiros na adoção da privatização, enquanto estratégia na promoção da educação, com destaque para o período da ditadura militar (1973-1990), com a implementação de um vasto programa de reformas políticas de perspectiva neoliberal. O marco temporal do estudo se estende até o ano de 2019, ano marcado pelas manifestações populares, que dentre várias reivindicações, passam a defender o direito à educação de forma universal e igualitária.

O artigo “Atuação empresarial na educação pública em países da América Latina e a materialidade da disputa de hegemonia”, de Andréa S. Caldas, apresenta um panorama da ação do setor privado mercantil na prestação educacional nos seguintes países, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Venezuela e Chile. O texto demonstra a variedade de formas de atuação do empresariado no campo educacional, na execução, com a venda de serviços ou influenciando a gestão das escolas, ou ainda, na direção da política educacional, exercendo, inclusive, importante influência na regulamentação das pautas educacionais.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Pablo Martinis, no estudo intitulado “Filantropia estratégica e educação. Notas de um estudo de caso no Uruguai, Argentina e Brasil”, analisa uma das dimensões da atuação do setor empresarial na consecução da educação, especificamente, através do campo do financiamento, por meio das chamadas “doações especiais”, pertencente ao contexto uruguaio, com destaque, para o estímulo governamental através das isenções fiscais. O artigo traça um paralelo entre as realidades de três países integrantes do ConeSul, tomando como referencia a atuação da empresa Tenaris Global Services e as implicações para o processo educacional.

Ao final, convido tod@s a refletir sobre o papel desempenhado pelos sujeitos individuais e coletivos e que integram o setor privado mercantil, que interferindo na oferta do direito à educação, acabam por privilegiar seus interesses e a sua hegemonia de classe.

Boa leitura.

*Recebido em Julho de 2021
Aprovado em Agosto de 2021
Publicado em Agosto de 2021*

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 15

e82651

28 de agosto de 2021

DOSSIÊ: A relação público-privada da educação na América Latina: apontamentos de uma pesquisa



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

INDEXAÇÃO:

BASE DE DADOS

Sumário.Org
Google Scholar
BASE
Dimensions
Miar

DIRETÓRIOS

Scielo Educ@
Diadorim
DOAJ
Erih Plus
Latindex
EZB
ROAD
Journal 4-free

ÍNDICES

Index Copernicus
Cite Factor

PORTAIS

LiVre
Capes
Science Open
World Wide Science

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 15, e82651– Agosto de 2021

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Elisângela Scaff (UFPR)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Conselho Editorial:

Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR-Brasil), Ana Lorena de Oliveira Bruel (UFPR-Brasil), Andréa Barbosa Gouveia (UFPR - Brasil), Angela Maria Martins (FCC, Brasil), Angelo Ricardo de Souza (UFPR-Brasil), Antonia Almeida Silva (UEFS, Brasil), Cassia Alessandra Domiciano (UFPR-Brasil), Cesar Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Claudia Regina Baukat Silveira Moreira (UFPR-Brasil), Cristiane Machado (Unicamp- Brasil), Elton Luiz Nardi (UNOESC, Brasil), Fernanda Saforcada (Universidad de Buenos Aires – UBA - Argentina), Isaac Paxe (Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED- Luanda, Angola), Gabriela Schneider (UFPR-Brasil), Gladys Beatriz Barreyro (USP - Brasil), Gilda Cardoso Araújo (UFES - Brasil), Gustavo Enrique Fischman (Arizona State University - USA), Janete Maria Lins de Azevedo (UFPE, Brasil), Jefferson Mainardes (UEPG - Brasil), João Ferreira de Oliveira (UFG - Brasil), Jorge Alarcon Leiva (Universidad de Talca - Chile), Jorge Manuel Gorostiaga (UNSAM – Argentina), Juca Gil (UFRGS - Brasil), Luciana Rosa Marques (UFPE, Brasil), Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (UFPR-Brasil) Marcia Aparecida Jacomini (Unifesp-Brasil), Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS, Brasil), Natalia Oliveira Woolley (UCLA, USA), Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA - Brasil), Nicolás Bentancur, (Universidad de la República de Uruguay), Nora Krawczyk (Unicamp- Brasil), Pedro Flores-Crespo (UAQ, México) Rodrigo da Silva Pereira (UFBA, Brasil), Robert Verhine (UFBA - Brasil), Rosana Cruz (UFPI - Brasil), Rubens Barbosa Camargo (USP - Brasil), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca - Chile), Theresa Adrião (UNICAMP - Brasil), Vera Maria Vidal Peroni (UFRGS - Brasil).

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: Programa de apoio às publicações científicas periódicas da UFPR

Arte e diagramação: Tiago Tavares (tiagotav@gmail.com)

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Avenida Sete de Setembro, 2645
2º andar, Sala 213
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3535-6264
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>